

Quais são os desafios da História Pública hoje?

Conversações com: Alejandra Fabiana Rodríguez, Benito Schmidt, Bruno Leal, Catalina Rojas, David Dean, Fabíula Sevilha, Fernando Nicolazzi, Francisco Santhiago, Gisela Andrade, Jimena Perry, Juniele Rabêlo de Almeida, Mauro Franco Neto, Michel Kobelinski, Ricardo Santhiago, Tatyana de Amaral Maia, Viviane Borges.

*Juniele RABÊLO DE ALMEIDA¹
Francisco SANTIAGO JR²*

O presente texto nasce das respostas para a pergunta: "Quais são os desafios da História Pública hoje?" – direcionada aos pesquisadores com experiências em projetos coletivos que consideram a dimensão pública da história. O questionamento proporcionou a conversa agendada para abertura do V Simpósio Internacional de História Pública – no dia 20 de setembro de 2024, em formato híbrido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Canal do YouTube Canal YouTube do Programa de Pós-graduação em História @ppgh-ufrnprogramadeposgrad. A abertura foi marcada por uma série de diálogos fundamentais para a consolidação e expansão do movimento promovido pela Rede Brasileira de História Pública - RBHP, reafirmando seu caráter plural e interdisciplinar. A sessão contou com intervenções de

¹ Doutora em História Social (USP) e mestre em História (UFMG). Realizou pós-doutorado em 2011 na UFMG e, em 2020, na University of California, UC Berkeley e UFRGS (Professora Visitante). Professora da Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Filiação institucional: UFF. Niterói. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9468-9192>. E-mail: junielerabelo@gmail.com.

² Doutor em História (UFF) e mestre em Multimeios (UNICAMP). Realizou pós-doutorado pela Università di Bologna. Professor da Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Filiação institucional: UFRN. Natal. RN. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2690-5222>. E-mail: santiago.jr@gmail.com.

pesquisadores atuantes em instituições nacionais e internacionais que catalisam ações em história pública.

Francisco Santiago e Fabíula Sevilha (coordenadores do evento na UFRN) apresentam aqui o programa do Simpósio, situando sua relevância no cenário acadêmico e profissional, além de destacarem o crescimento da Rede Brasileira de História Pública. Em seguida, Juniele Rabêlo de Almeida (UFF) e Ricardo Santhiago (UNIFESP) discutiram os aspectos da trajetória da Rede Brasileira de História Pública ao longo dos seus 13 anos, enfatizando os desafios e os diálogos que marcaram essa trajetória de conexões e trocas intelectuais em uma rede de apoio mútuo.

O evento também abriu espaço para o debate latino-americano com a participação de Alejandra F. Rodriguez (UNQ-Argentina), que compartilhou as experiências da Assembleia Latino-americana de História Pública de 2023, pontuando os desafios e acordos firmados entre pesquisadores da região. Complementando essa discussão, Gisela Andrade (UNQ-UBA/Argentina) trouxe uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pela História Pública na Argentina, ressaltando a necessidade de fortalecer práticas colaborativas e ampliar os diálogos entre academia e sociedade.

No âmbito canadense, David Dean (Carleton University/Ottawa) apresentou uma reflexão instigante sobre os desafios contemporâneos da História Pública, defendendo o diálogo como ferramenta essencial para a construção de um campo participativo e acessível. Já a professora Jimena Perry (Iona University/New York) contribuiu com uma visão baseada em suas experiências em projetos coletivos, problematizando a dimensão pública da história e seu impacto social. Para encerrar as participações de pesquisadores dos outros países, Catalina Muñoz Rojas (Universidad de los Andes/Colômbia), em uma perspectiva latino-americana, trouxe uma abordagem reflexiva ao focar o olhar crítico para o interior das suas próprias práticas de história pública.

Ao retomar as experiências brasileiras, Fernando Nicolazzi (LUPPA/UFRGS) abordou as relações entre História Pública e seus múltiplos públicos, destacando as possibilidades e os desafios de engajamento com diferentes audiências. A abertura também contou com problematizações fundamentais sobre o papel político da História Pública. Mauro Franco Neto (UEMG) provocou um debate sobre a relação entre crise e

politização da história, enquanto Michel Kobelinski (UNESPAR) explorou a interface entre ativismo, curadoria pública e humanização dos museus, reforçando o compromisso da História Pública com a democratização do conhecimento.

Tatyana de Amaral Maia (UERJ/PPGH-UFJF) abordou as conexões entre História Pública, movimentos sociais e políticas públicas, ressaltando a importância do engajamento acadêmico com as demandas sociais. Em seguida, Viviane Borges (UDESC) trouxe uma importante discussão sobre os temas sensíveis dentro da História Pública, questionando a invisibilidade de certas narrativas, como as relacionadas às prisões e aos presos comuns. Sua fala enfatizou a necessidade de tornar públicos e acessíveis debates que frequentemente permanecem à margem das narrativas históricas tradicionais.

Benito Bisso Schmidt (UFRGS) analisa a consolidação da História Pública no Brasil como campo acadêmico e prático nos últimos quinze anos. Destaca sua politização, ao articular militância e produção científica em diálogo com movimentos sociais. Aponta avanços, mas também desafios quanto à profissionalização e sustentabilidade econômica da área. Defende a valorização institucional da profissionalização da história pública.

Para finalizar, Bruno Leal Pastor de Carvalho (UnB) propõe cinco diretrizes para o futuro da História Pública no Brasil. Defende sua valorização como trabalho remunerado, o equilíbrio entre teoria e prática, e o enfrentamento da lógica dos algoritmos. Ressalta a necessidade de superar desigualdades globais na produção historiográfica e ampliar o alcance comunicativo para além da academia.

A sessão de abertura do V Simpósio Internacional de História Pública demonstrou o vigor do campo ao reunir especialistas de diferentes contextos, promovendo um intercâmbio de ideias que fortalece a interface pesquisa, ensino, extensão e divulgação a partir da história pública. Os debates apontaram desafios cruciais, mas também destacaram o potencial transformador desse movimento, reafirmando seu compromisso com a produção de conhecimento acessível, plural e socialmente engajado.

O V Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História - Francisco Santiago (UFRN) e Fabíula Sevilha (UFRN).

O V Simpósio da Rede Brasileira de História Pública ocorreu entre os dias 20 e 27 de setembro de 2024, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e reuniu pesquisadores, profissionais e interessados na área para discutir as tendências e práticas da história pública no país e em perspectiva internacional.

O evento, que já se consolidou como um dos principais espaços de debate sobre a interação entre história e público, contou com uma série de palestras, mesas-redondas e apresentações de pôsteres, abordando temáticas como patrimônio cultural, memória coletiva e o papel dos arquivos digitais na construção da história contemporânea. Além das discussões teóricas, o simpósio destacou projetos práticos, conectando o trabalho de historiadores com as demandas da sociedade. O evento ampliou redes de colaboração, envolvendo parcerias para o redimensionamento público dos saberes históricos e, ainda, incentivando a participação ativa em iniciativas de preservação e divulgação da história.

Entre os temas debatidos ao longo da programação, destacaram-se as relações entre história pública, mídias e historicidade, explorando os desafios e possibilidades da comunicação histórica em diferentes plataformas. Também foram promovidas reflexões interseccionalidade e história pública, abordando a importância da diversidade e do enfrentamento às desigualdades na produção do conhecimento histórico.

A formação profissional e o futuro das graduações em História foram discutidos em uma mesa-redonda que trouxe perspectivas sobre as transformações do ensino e os desafios enfrentados por docentes e estudantes. Outra temática central foi o papel dos historiadores na esfera pública, destacando a responsabilidade social da profissão e os diferentes usos do passado em debates contemporâneos. Já os Simpósios Temáticos, realizados em formato virtual, proporcionaram um espaço de diálogo e troca de experiências entre pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições. Além disso, o evento contou com uma mesa-redonda dedicada ao futuro da história pública, debatendo suas perspectivas teóricas, metodológicas e políticas.

Outro eixo de debate tratou das conexões entre ruídos, histórias e emergências contemporâneas, problematizando os desafios da narrativa histórica em meio às transformações sociais, políticas e tecnológicas. O encontro também foi marcado pela

reunião da Rede Brasileira de História Pública, fortalecendo articulações e projetos conjuntos.

O evento foi encerrado com uma mesa-redonda sobre História Pública e os desafios da democracia na era da pós-verdade, evidenciando a relevância do trabalho dos historiadores na construção de discursos críticos e na defesa do acesso amplo e qualificado à memória e à história. Por fim, é fundamental agradecer a valiosa participação dos palestrantes e dos coordenadores dos simpósios temáticos ocorridos em setembro de 2024 (parcerias consolidadas da Rede Brasileira de História Pública) - a seguir mencionados: Ana Maria Mauad, Anita Lucchesi, Alejandra Fabiana Rodríguez, Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto, Almir Félix Batista de Oliveira, Antônio Diogo Greff de Freitas, Benito Schmidt, Bruno Leal, Carlos Francisco da Silva Júnior, Catalina Rojas, Christiano Britto Monteiro dos Santos, David Dean, Dilton Cândido Santos Maynard, Fabíula Sevilha, Fernando Cauduro Pureza, Fernando Nicolazzi Mauro Franco Neto, Francisco Santiago, Gisela Andrade, Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho, Iara Lis Schiavinatto, Janaína Porto Sobreira, Jimena Perry, José Augusto Pádua, Juciene Ricarte Apolinário, Juniele Rabêlo de Almeida, Jurandir Malerba, Luana Barros de Azevedo, Margarida Dias de Oliveira, Marcus Oliveira, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Michel Kobelinski, Miriam Hermeto Sá Motta, Nathalia Guimarães e Souza, Pedro Telles da Silveira, Rafael Dias de Castro, Renata Bittencourt, Ricardo Santhiago, Rodrigo de Almeida Ferreira, Rogério Rosa Rodrigues, Samantha Quadrat, Sônia Meneses, Tatyana de Amaral Maia, Thamara de Oliveira Rodrigues, Tyego Franklim da Silva, Viviane Borges.

Os aspectos da trajetória da Rede Brasileira de História Pública: Diálogos e desafios em 13 anos de conexões - Juniele Rabêlo de Almeida (UFF) e Ricardo Santhiago (UNIFESP).

Comemoramos, neste 2024, os 13 anos do nosso trabalho coletivo que culminou na criação da Rede Brasileira de História Pública. No *Curso de Introdução à História Pública*, organizado na Universidade de São Paulo em 2011, buscava-se pensar a história pública como possibilidade de difundir o conhecimento histórico de maneira responsável e integrada – por meio dos arquivos, centros de memória, museus,

televisões, rádios, editoras, jornais, revistas, organizações governamentais e não-governamentais, consultoria, entre outros espaços. O livro *Introdução à história pública*, resultado das discussões do curso, procurou dialogar com essas dimensões tecnológicas, políticas e culturais.

Apontávamos que o debate sobre história pública poderia ser ampliado e enriquecido dentro e fora da academia. A história pública, afinal, propõe a produção compartilhada e dialógica dos saberes – para além da ampliação do seu público – problematizando os usos do passado. As experiências, em sua diversidade de leituras e procedimentos sobre a história pública, traziam aspectos éticos dos debates públicos que mobilizavam a memória coletiva, não apenas preocupada em atingir um público maior, mas aprender com ele, com suas mudanças e demandas. Afirmávamos a necessidade da não supressão da ciência em favor da história pública, no desejo do estabelecimento de pontes de comunicação com a recepção social do trabalho acadêmico. A história pública estava longe de uma simplificação ou um abandono da ciência em nome de um mercado interessado.

O 1º Simpósio Internacional de História Pública foi realizado em 2012 na mesma Universidade de São Paulo (USP), preocupando-se com a agenda pública e espaços de compartilhamento do como fazer, pensar e sentir a história. A força desses eventos gerou, ainda em 2012, a criação da Rede Brasileira de História Pública em um evento sediado no Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte. As atividades e os simpósios internacionais da RBHP, bianuais, já percorreram o Brasil: além do primeiro, na USP, o evento passou pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2014, Universidade Regional do Cariri (URCA), em 2016, e voltou à Universidade de São Paulo, mas em seu campus Leste (em 2018).

Nessa ocasião, o simpósio realizou-se simultaneamente com o encontro anual da Federação Internacional de História Pública. Assim, o evento realizado teve uma função catalisadora, agregando diferentes indivíduos e grupos atuantes no campo da história no Brasil e no mundo. Consistiu em uma oportunidade de interlocução entre diferentes estudantes de graduação e pós-graduação, professores, pesquisadores, profissionais liberais e gestores. Dessa maneira, abriu inúmeras possibilidades de parceria e colaboração. O evento consolidou parcerias e diálogos entre importantes centros de

produção de conhecimento e reflexão em história pública de todas as regiões do país, evidenciados pelos parceiros do próprio simpósio. Representantes do primeiro curso de bacharelado com uma ênfase em história pública do país, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), não apenas estiveram presentes em comitiva significativa, mas também se candidataram a sediar o próximo Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública, que aconteceria em 2020.

No meio tempo, fomos atravessados pela pandemia. Enquanto os encontros e as interlocuções, promovidas no seio da RBHP, reverberaram na criação de um programa de Mestrado em História Pública na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), para além de linhas de pesquisa em diversos programas de pós-graduação e inúmeros núcleos, laboratórios, grupos e projetos de história pública por todo Brasil, os encontros face a face foram impedidos, em razão da crise sanitária (e também econômica e política). As obras coletivas, em livros e dossiês de revistas, continuaram a expressar a intensidade e a variedade das produções de história pública no país nos últimos anos – e, em modalidade online, a Rede Brasileira de História Pública viu acontecer o Encontro de História Pública promovida pela UFRGS, em 2020, e promoveu o 2º Curso Nacional de História Pública, em 2021.

Finalmente, encontramos-nos na abertura deste 5º Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública, híbrido, acolhido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que recebe inúmeras pessoas comprometidas com a história pública, vindas de todo o Brasil e do exterior. Trata-se de um encontro muito desejado porque ele acontece, finalmente, depois de uma série de adiamentos – mais do que adiamentos de datas, adiamentos de planos e sonhos, não apenas em razão da própria pandemia, mas das repercussões dela e do cenário político recente, particularmente para as instituições de ensino superior e pesquisa, que ainda sofrem com a retração de investimentos e com orçamentos insuficientes.

Trata-se de um encontro muito desejado, ainda, porque mantém e reforça a marca da RBHP, que surge a partir de um princípio inspirador, que permanece firme: o do reconhecimento. Reconhecimento de semelhanças, caminhos comuns, pendores análogos, que evidenciaram o potencial para a criação de um espaço de diálogo para discussão e aperfeiçoamento de práticas e entendimentos em torno da história pública.

São semelhanças que não apagam diferenças e peculiaridades, mas que são fortes o suficiente para garantir a persistência do diálogo como uma atitude central na história pública que queremos.

Cada um dos encontros da Rede Brasileira de História Pública tem sido, de fato, momento de construção, articulação, troca intelectual, enfatizando o trabalho forte e desafiador que promove a interação e a história e seus públicos. Tais encontros são fortes e tão vívidos, ao menos em parte, justamente por seu enfoque na prática reflexiva da história pública – enfoque não submetido a formas de institucionalização ingerentes e hierarquizantes que predetermine os lugares a serem ocupados pelas pessoas comprometidas com o trabalho da história. Em outras palavras, a RBHP e o movimento brasileiro de história pública têm sua existência justificada pela força do chamado do nosso próprio ofício.

Por isso mesmo, um dos papéis que a Rede Brasileira de História Pública tem desempenhado é o de expandir sua natureza não-hierárquica (ou mesmo anti-hierárquica) para outras relações: com outras instituições e com outros modos de organização, bem como para relações internacionais, sempre que elas buscam subordinar nossos entendimentos (variados) sobre história pública a outros que nos forem exógenos.

A interlocução perseguida pela RBHP é sempre criativa e de troca. Seu movimento é livre e não hierárquico. Sua institucionalidade se constrói no próprio trabalho de história pública e nas relações constituídas a partir da coletivização desse saber. Sem dúvida, isso é o que garante e sustenta a capilaridade dos trabalhos de história pública em todo o país – representado aqui neste belo, e ansiado, 5º Encontro Internacional da Rede Brasileira de História Pública, ocasião de reativação intelectual e também de reativação de nosso hábito de nos encontrarmos mais vezes, em razão do nosso trabalho e das relações de amizade e cooperação surgidas a partir dele.

Asamblea latinoamericana 2023: desafíos y acuerdos sobre la Historia pública -
Alejandra F. Rodriguez (UNQ-REDLAHP).

Agradezco la invitación al V Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública; participei em 2018 del IV Encuentro, presentando el Diploma de

Historia Pública y Divulgación Social de la Historia de la UNQ que acabamos de crear. Me alegra decir que desde entonces hemos avanzado en el campo de la HP en Argentina y también fortalecido los lazos institucionales entre posgrados brasileros y argentinos, y nos hemos nutrido del rico intercambio de lecturas, investigaciones y experiencias comunitarias de ambos países.

Si debemos dar cuenta de los desafíos que la Historia Pública tiene de cara a la sociedad, debemos decir que el campo es mucho más amplio de lo que hubiéramos imaginado. Consensos locales e internacionales respecto a los procesos históricos que se creían saldados hace décadas, hoy vuelven a estar en el centro de la escena, temas tales como la evolución humana, las consecuencias del nazismo o el significado de la dictadura argentina se debaten en la escena pública, desde perspectivas que no solo son negacionistas, sino apologéticas de los genocidios del siglo XX, solo para dar un ejemplo.

Como ocurrió en Brasil, hace unos años, hoy en Argentina, desde los sectores de poder seataca al sistema científico y universitario y se desacrediten las ciencias sociales con argumentos retrógrados, que buscan socavar las bases del conocimiento socialmente construido durante décadas

El mundo tal cual era, parece estar cambiando a una gran velocidad y las narrativas sobre el pasado, se transforman también. En parte, porque la cancha en la que nos movemos está muy inclinada, la riqueza está muy concentrada y gran parte de lo que ocurre en el campo económico y simbólico pasa hoy por las plataformas. Estas otorgan a sus beneficiarios una gran capacidad de intervención, porque no solo son capaces de registrar, analizar y clasificar enormes cantidades de datos sino porque median entre distintos grupos sociales, llegando con contenidos individualizados a audiencias enormes, practicando una curaduría y también censura sobre los contenidos; esta capacidad transforma a un puñado de personas que han sido llamados “señores tecno feudales”^[1] en centrales en la definición de los procesos de subjetivación contemporânea.^[2]

Entonces la Historia Pública debe estar atenta a cómo se están transformando los modos de producir, distribuir y apropiar el conocimiento en general y de la historia en particular; y creo que este debe ser un punto relevante para ser pensado desde el sur;

para ser pensado desde América Latina, porque la batalla por el pasado tiene consecuencias en el presente. Gran parte de los debates políticos e intelectuales se articularon y se siguen articulando con discursos y debates sobre el pasado; en ese punto las y los historiadores públicos tenemos la posibilidad de intervenir en la construcción colectiva de significados históricos desde una perspectiva emancipadora.

Es por ello que consideramos urgente abrir diálogos, en especial intergeneracionales, que tiendan a lograr una verdadera curiosidad por la historia, para que sea entendida no sólo como consumo, o instrumento de la narrativa del poder, sino como un bien común, como un acercamiento que aporte a la comprensión de los mecanismos pasados y presentes sobre los que se asientan los logros sociales y también las desigualdades.

Pensando en estas cuestiones y pretendiendo aportar al diálogo; en el marco del Festival la Historia un bien común y del I Congreso de Historia Pública y Divulgación de la Historia. Problemas, Actores y Escenarios de la Historia Divulgada, que organizamos en la Universidad Nacional de Quilmes en 2023, realizamos una asamblea de la que participaron numerosas personas de Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Uruguay y Perú y con ellas se acordaron principios que quisiera compartir^[3]:

- 1. El reconocimiento de la relevancia social de la producción de saberes históricos, para la comprensión crítica de la realidad.*
- 2. La construcción de una Historia Pública dialógica que favorezca la producción situada y co-participativa del conocimiento histórico.*
- 3. La necesidad de reconocer y sumar nuevos sujetos, narrativas y perspectivas históricas al debate público para contribuir a la democratización de nuestras sociedades.*
- 4. La intervención sobre los “pasados sensibles”, la visibilización de las consecuencias de los dispositivos de colonialidad impuestos en Latinoamérica, la Historia de los Pueblos Indígenas, la Historia de la Cultura Negra, la Historia de las mujeres y la comunidad LGBTQIA+, la Historia de los/as Trabajadores/as y la Historia de las violencias estatales y paraestatales en América Latina.*

5. *La urgencia de debatir sobre las buenas prácticas, los principios éticos de la intervención pública y la responsabilidad profesional de los/as historiadores/as.*

6. *El repudio a la proliferación internacional de discursos negacionistas que imposibilitan el derecho a la historia y a la memoria de diferentes colectivos”.*

Por lo expresado, investigadores/as, estudiantes, profesores/as, trabajadores/as de museos y archivos, divulgadores/as, así como personas e instituciones que trabajan con la historia y con las memorias desde espacios y colectivos muy diversos propusieron el trabajo para la constitución de una Red Latinoamericana de Historia Pública (RedLaHP)

Hoy en día la Red es un hecho, incipiente pero que tiene entidad. La integran alrededor de 120 personas de diversas instituciones de Argentina, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador y Perú, algunas de las cuales empezaron a funcionar en comisiones de trabajo, a las que invitamos fervientemente a participar^[4]

Sabemos la importancia de estar unidos y cerca, la relevancia de aprender, de comunicarnos en nuestras lenguas y de conocer experiencias de nuestras comunidades para hacernos fuertes en un escenario internacional y regional que resulta inquietante y en el que debemos intervenir.

Un escenario donde lo colectivo y comunitario se desdibuja alimentado por dispositivos y discursos que exacerban el individualismo y logran que creamos que es posible llevar a cabo una existencia autónoma, sin necesidad del otro, de la comunidad; y mientras desaniman proyectos y luchas colectivas, amplios sectores de la población pierden derechos, y empobrecen su existencia.

Desde nuestro lugar proponemos dar la batalla por la historización de la existencia, que nos permite entender el presente como resultado de relaciones de fuerza, de intereses, de perspectivas, demandas y luchas sostenidas por diversos actores sociales. Los y las historiadores públicos tenemos además la tarea, de asegurar que esas narrativas, sean pensadas con la comunidad y para la comunidad, sin ocluir su voz, ni su patrimonio, sino constituyendo un diálogo genuino.

Si en el nuevo clima de ideas, nos piensan, proyectan solos y sin historia, o con fragmentos de la historia descontextualizados y listos para usar según conveniencia,

nuestra perspectiva es que hay que constituir espacios de trabajo para la escucha y la construcción de sentidos compartidos. Esa es la tarea

Apostamos así a la construcción de una Historia Pública situada y comprometida con nuestro territorio, porque sabemos que la educación no siempre es un derecho que se pueda ejercer en nuestro sur, pero también sabemos de la gran capacidad de resistencia y resiliencia de nuestras sociedades y lo mucho que tienen que contar en materia de historia y de memoria.

Desde la coordinación de la Red latinoamericana, proponemos impulsar el debate por una nueva relación (un nuevo pacto) entre los espacios académicos y la sociedad que contribuya a una verdadera democratización del conocimiento y a la colaboración para avanzar en reflexiones conceptuales y metodológicas porque como decía el artista Joaquín Torres García nuestro norte es el sur. Nada más, muchas gracias

Referências bibliográficas

[1] Varoufalis, Yanis (2024) Tecnofeudalismo. El sigiloso sucesor del capitalismo, Ariel

[2] Historia Pública y construcción de sentidos colectivos, en Rodríguez, A. de Luque, S (comp): *Historia Pública en América Latina. Teorías y prácticas desde el sur*. Editorial UNQ, (en prensa)

[3] Esta declaración está disponible en: <http://historiapublicaunq.web.unq.edu.ar/declaracion/>

[4] <https://redlahp.wordpress.com> y dirección electrónica redlahp23@gmail.com

Los desafíos de la Historia Pública hoy en Argentina - Gisela Andrade (UNQ-UBA/Argentina).

Antes de comenzar mi exposición, agradezco la invitación al V Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública. Para nosotras, desde Argentina, es un honor participar de este encuentro. Es una oportunidad para escucharnos, compartir ideas y diagnósticos para abrazar el desafío de una construcción conjunta más allá de las realidades nacionales.

Con este objetivo y con el interrogante que nos acercaron voy a compartir con ustedes algunos apuntes sobre la experiencia o la adopción/reconocimiento del concepto Historia Pública en Argentina, porque se trata de un concepto relativamente nuevo para el campo historiográfico local y registra algunas resistencias por las propias tradiciones

de producción de conocimiento histórico que podemos reconocer en nuestro país. Pues la Argentina tiene una amplia tradición en producción y consumo de obras de divulgación histórica, con un mercado editorial que cuenta con una importante producción de *bestsellers* en estas temáticas. Esta profusa producción de divulgación histórica, como en muchos otros países, es parte de las clásicas disputas sobre el pasado, lecturas pretéritas que encarnan luchas políticas del presente. Trabajos que no siempre han dialogado con la historiografía académica y que profundizaron su distanciamiento con la normalización de las universidades nacionales durante el proceso de recuperación democrática posterior a la última dictadura cívico-militar, a partir de 1983.

Sin embargo, las polémicas sobre el pasado, que parecían adormecidas hacia finales del siglo XX, ya sea por la retracción del campo historiográfico o la ausencia de debates en el espacio público en el marco de la consolidación del modelo económico y político de corte neoliberal, fueron avivadas por la crisis del 2001, especialmente desde la industria editorial y los medios masivos de comunicación privada, tras la búsqueda de la explicación a la crisis. Se abrió así una nueva etapa que encontró un punto de inflexión en los festejos del Bicentenario, porque se presentaron no solo como una oportunidad para la divulgación histórica tradicional, sino como un contexto para hacer visibles otras formas de narrar la historia, vivas y presentes en la sociedad.

En un contexto latinoamericano que bogó por reforzar las lecturas decoloniales, esos festejos que comenzaron en 2010 exploraron nuevas respuestas a viejas preguntas sobre los orígenes de la nación y la patria. Al mismo tiempo, se expandió el interrogante sobre otros pasados que dieron lugar a legitimar temas que venían disputando espacio dentro del campo historiográfico, como la historia reciente. En este marco, proliferaron producciones que, desde los medios públicos, convocaron a académicos reconocidos a dar esos combates sobre el pasado. Una importante diversidad de trabajos que buscaban no solo revisar las primeras décadas del siglo XIX, aquellas de la Revolución y de las guerras de la Independencia, sino dar a conocer y discutir distintos problemas de esos 200 años de historia nacional, especialmente del pasado traumático, con la vocación de intervención política y como respuesta a las demandas sociales de justicia.

Sin embargo, la ampliación de la frontera profesional de las y los historiadoras/es no se circunscribió a la historia reciente. Se diversificaron las temáticas

y los espacios de actuación: en la justicia, los museos, el mundo audiovisual, editorial o las plataformas digitales; prácticas que estimularon la reflexión en torno al rol social de la historia.

Fue así como el campo académico no solo comenzó a alojar en cursos, congresos y debates a algunas reflexiones sobre las prácticas tradicionales de divulgación, sino que reparó en otras menos convencionales como las de ser expertos o peritos en los juicios por delitos de genocidio o crímenes de lesa humanidad.

En este sentido y como respuesta a estas inquietudes, dentro de los espacios académicos se habilitaron instancias formativas en relación con la divulgación de la historia y otras prácticas que pretendieron ir más allá de esta. Una serie de iniciativas que abrieron la posibilidad de albergar debates en torno al concepto de Historia Pública. Y fue recién en 2018 que en un congreso local se presentó la primera mesa sobre Historia Pública y, en paralelo, se fundó la primera carrera de posgrado: el Diploma en Historia Pública y Divulgación de la Historia, creado en la Universidad Nacional de Quilmes. Propuesta formativa que, unos años después, dio lugar a una maestría que tiene ya tres cohortes y una matrícula que crece considerablemente. Fue desde este espacio que organizamos el [I Congreso Internacional de Historia Pública y Divulgación de la Historia](#), con una gran convocatoria que puso de relieve los intereses y la existencia de un campo de actuación de las y los historiadores/as muy amplio.

Este derrotero nos encuentra hoy centrados en expandir las fronteras y diálogos, algo sobre lo que va a profundizar Alejandra, y, al mismo tiempo, en reflexionar sobre las prácticas que la Historia Pública alberga. Así, definimos cuatro aspectos fundamentales para pensar esas prácticas de la historia que centran hoy nuestra mayor atención.

En primer lugar, se trata de reflexiones que buscan abrir diálogos dentro del campo historiográfico y recuperar el desarrollo de la historia oral y/o historia reciente, entre otras, como prácticas públicas con sentido y politicidad de ese saber histórico producido en espacios académicos. Una Historia Pública en la que los distintos científicos sociales no solo se ocupen/preocupen de transmitir los contenidos de sus estudios, sino también de garantizar que los sujetos sociales que son objeto de indagación desempeñen un papel activo en el proceso de investigación y que sean los

principales destinatarios de los resultados obtenidos. Un ejemplo es el trabajo articulado entre las organizaciones de familiares de las víctimas y profesionales que aportan su experticia al servicio de la búsqueda de la verdad.

En segundo lugar, nos encontramos ante el desafío de hacer visibles las experiencias de producción colectiva del saber histórico, es decir, trabajos articulados con las comunidades. Se trata de desandar la imagen del/la historiador/a en soledad, para instalar la idea de un/a profesional que participa de colectivos que generan experiencias comunitarias valiosas. Desarrollos que invitan a seguir construyendo herramientas teóricas y metodológicas que retroalimenten prácticas y discursos en los que la comunidad pueda tener una participación activa y protagónica. Dentro de esta categoría, ubicamos también aquellas experiencias que no cuentan con historiadores/as profesionales, así como proyectos en los que la autoridad sobre los contenidos históricos está “diluida” en el colectivo y la/el historiador/a aporta un saber entre otros[1].

Por otro lado, resulta necesario detener la mirada en lo comunicacional. Para esto, en primera instancia, debemos revisar el concepto de “divulgación” y optar por la “comunicación” de la historia, una práctica que concibe una actitud activa en el público con el que se comparte el saber, para luego revisar la complejidad de los lenguajes y formatos más allá de la palabra escrita, de manera tal de estar en condiciones de disputar aquellos relatos del pasado simplistas, lineales, fragmentados, individualistas y sin historicidad, propios de nuevas lecturas “(re)coloniales”. Una comunicación de la historia a públicos amplios que permita hacer frente a los nuevos embates retrógrados a las ciencias sociales y a su “autoridad” sobre el pasado.

Por último, y en relación con todo lo anterior, urge una reflexión sobre la formación que se detenga en la preparación para la práctica, en la que no solo se contemple el saber historiográfico, sino que instrumente a los y las futuros/as historiadores/as públicos/as para la comunicación y que valore otras narrativas como un ejercicio dialógico de la profesión. Se trata de preparar para una práctica de intervención en el espacio público que requiere de un compromiso político y ético de la mirada del/la historiador/a[2].

En un contexto político nacional distinto a aquel que habilitó a la exploración de la Historia Pública, apostamos hoy a sostenerla como una herramienta que nos permita

ampliar las fronteras de la historia desde proyectos colectivos que hagan lugar a diálogos intergeneracionales sobre el pasado y el presente, en todas y cada una de las comunidades de las que nos sentimos parte.

Este es hoy nuestro desafío, muchas gracias.

Referências bibliográficas

[1]Rodríguez, A. y de Luque, S. (comps.). (en prensa). *Historia Pública en América Latina. Teorías y prácticas desde el sur*. Editorial UNQ.

[2]Di Meglio, G. (julio-diciembre, 2016). Hay un mundo allá afuera. *Investigaciones y Ensayos*, (63), 55-66.

The Challenges of Public History: A Dialogue / Os desafios da história pública: um diálogo – David Dean (Carleton University em Ottawa).

Olá! Meu nome é David e sou um historiador público que vive e trabalha em Ottawa, Canadá, nos territórios não cedidos do povo Anishnaabek (Algonquin). Ah, vejo um lampejo de curiosidade! Historiador público? Por favor, explique a pergunta. Bem, historiadores públicos como todos os historiadores falam com (e para) os mortos. Mas reconhecemos especialmente nossa obrigação de tentar capturar algo de seu próprio presente em nosso presente contemporâneo - trabalhando com públicos tanto quanto contando histórias sobre públicos.

Portanto, não se preocupe. Sou historiador, mas não vou falar sem parar sobre algo que não interessa ou importa para você. Na verdade, muito pelo contrário. Nós, historiadores públicos, gostamos de nos comunicar, de comungar com as comunidades, de colaborar. Adoramos co-produzir e co-criar. Para compartilhar autoridade com você, o público. Ou públicos.

Oh, as histórias que faremos juntos! Eu, o historiador, você e eu e nós com outros públicos... será bom para ambos, para todos nós... essas histórias feitas por meio de autoridade compartilhada.

O que é isso que você pergunta? Quem terá a palavra final? Bem, suponho que serei eu. Afinal, sou o historiador profissional treinado. Quero dizer, o passado é meu território, meu pão com manteiga, mas você está adicionando a geléia... Eu sou apenas o expresso, você está adicionando o açúcar! Vai ser ótimo!

Oh, o que? Não, não, você não é subalterno, você é um parceiro igual. Oh, entendo, bom ponto. Não é realmente igual quando reservo para mim a palavra final. Não é realmente uma parceria quando mantenho o controle dos fundamentos, do essencial. Então você acha que para que isso realmente conte como autoridade compartilhada, tenho que desistir de parte da minha autoridade... talvez muito?

Okey. Eu posso ir para isso. Afinal, compartilhamos os mesmos objetivos... aprender com aqueles que viveram e viveram o passado, fazendo novas histórias nós mesmos, juntos, para corrigir os erros do passado, preencher os silêncios, combater as desigualdades, os excessos do neoliberalismo, do extremismo, do racismo, do sexismo, do preconceito, do desastre ambiental...

O que é isso que você diz? Mas estamos vindo de lugares diferentes? Ah. Sim. claro que estamos e você precisa saber que reconheço meu privilégio. Então vamos seguir em frente...

Que? O reconhecimento não é suficiente? Preciso descolonizar minha prática? Entregar minha autoridade antes que eu possa realmente compartilhá-la? Reconhecer o poder, o valor e a autoridade de outras formas de conhecimento, outras formas de conhecimento? Mas eu trabalhei tanto...Ok, vamos em frente e ver o que acontece. Aprender fazendo encontra aprender lendo. Saber desde o início, em vez de apenas olhar de cima para baixo. Saber por estar lá em vez de saber à distância. Compreensão através das emoções e sentimentos e dos sentidos. Abraçando a subjetividade. Criatividade. História mais como arte e performance e menos como ciência e escavação. Uma nova maneira de pensar e fazer para eu aprender, entender e experimentar, talvez uma maneira de eu realmente seguir em frente, abraçando algo muito mais significativo e desafiador.

Talvez não seja por acaso que na outra semana eu vi uma apresentação de dança coreografada por Andrea Peña que reuniu música clássica, música eletrônica e imagens do nosso planeta.

Peña é da Colômbia e parte de sua ancestralidade é indígena. Antes do início da apresentação, ela compartilhou conosco uma história, que os povos indígenas no Canadá acreditam que um dia a águia norte-americana encontrará o condor sul-americano e juntos farão grandes coisas.

Depois de tudo o que você apontou sobre os limites da autoridade compartilhada, sobre a descolonização da história pública, e dados todos os contextos preocupantes em que estamos trabalhando hoje, estou pensando agora que chegar a esse momento em que a águia encontra o condor é o nosso maior desafio.

Então, que tal eu me apresentar novamente? Olá! Meu nome é David e sou um historiador público que vive e trabalha em Ottawa, Canadá, nos territórios não cedidos do povo Anishnaabek (Algonquin). Reconheço meu privilégio e os legados do colonialismo dos quais eu e outros como eu nos beneficiamos enquanto oprimimos, marginalizamos e silenciemos os outros. Quero contribuir com o que tenho a oferecer enquanto valorizo, aprendo e abraçando diferentes formas de conhecer e ser dos outros. Para mudar nossas histórias compartilhadas.

¿Cuáles son los desafíos de la Historia Pública hoy, a partir de sus experiencias en proyectos colectivos que consideran la dimensión pública de la historia? - Jimena Perry (Iona University, Nueva York).

Hoy en día, me resulta inconcebible pensar la historia y sus dimensiones narrativas de otra forma que no sea desde lo público. Estoy convencida de que toda historia debe ser pública, porque, de lo contrario, ¿para qué y para quiénes hacemos historia? Especialmente en este momento en el cual vivimos tiempos de gran tensión—no solo en América Latina, donde una derecha cada vez más intransigente nos acecha, sino también a nivel global, donde las guerras violentas cobran miles de vidas y los procesos de paz, reconciliación y entendimiento parecen cada vez más distantes—las dimensiones públicas de la historia adquieren cada vez más relevancia.

En este contexto, la historia pública no solo nos ofrece herramientas políticas para entender lo que ocurre, sino que también nos urge a rechazar esa falsa neutralidad que tanto daño ha causado. Una historia pública contemporánea no puede limitarse a buscar verdades absolutas ni a perpetuar interpretaciones que silencien a actores fundamentales como las mujeres, los niños, los campesinos, las comunidades afrodescendientes, indígenas y LGBTQAI+, entre otros.

Por esto creo que uno de los principales retos de la historia pública es reconocer y valorar las narrativas de poblaciones históricamente marginadas, resaltando sus

contribuciones al fortalecimiento de la democracia y a la promoción del pluralismo. Estas historias públicas se alejan de enfoques que mercantilizan el pasado y lo trivializan. El verdadero desafío consiste en trascender la mera narración de hechos y subrayar la importancia de estas prácticas para construir una comprensión de la historia más inclusiva y socialmente comprometida.

Afortunadamente, en América Latina cada vez hay más historiadores públicos dedicados y decididos a visibilizar historias no oficiales ni hegemónicas. Según lo que he observado a través del proyecto Explorers de la Federación Internacional de Historia Pública, el interés por escuchar nuestras propias voces está creciendo en la región. De más de 60 eventos realizados en el mundo entero al menos 35 son sobre y desde América Latina y tratan temas relacionados con procesos de paz, arte en espacios públicos, museos de memoria y comunitarios, humanidades digitales e inteligencia artificial, la historia del fortalecimiento de la derecha en nuestra región, derechos humanos y justicia social, tan solo por mencionar algunos temas. Esto demuestra que estamos desarrollando prácticas públicas de historia acordes y comprometidas con nuestras realidades.

Sin embargo, también es común encontrar detractores de esta diversidad, especialmente en contextos donde la derecha está recuperando espacios que muchos pensábamos había perdido. Esto plantea un reto: ¿cómo llegar a acuerdos con quienes piensan radicalmente distinto a nosotros? ¿Cómo abrir el diálogo con aquellos que condenan posturas que no comprenden del todo? En este sentido, un historiador público se enfrenta a posturas que incluso pueden ser peligrosas. Por lo tanto, otro desafío es desarrollar un lenguaje que desarme y facilite el diálogo, no para convencer, sino para comunicar. Y aquí coincido con una frase atribuida al escritor portugués José Saramago: “He aprendido a no intentar convencer a nadie. El trabajo de convencer es una falta de respeto, es un intento de colonización del otro”. Si como historiadores públicos buscamos cambiar la forma de pensar de otros, caemos en la misma trampa neoliberal que pretendemos cuestionar.

Otro importante desafío de las prácticas públicas de la historia desde el sur global, creo yo, es discutir abiertamente el profundo y perverso daño causado por el racismo, la discriminación social, sexual, política y económica. Debemos abrir espacios

donde los vulnerados puedan contar sus historias sin miedo a ser señalados o castigados. Siguiendo al antropólogo Clifford Geertz, debemos luchar contra los prejuicios y la discriminación cultural. Además, debemos tejer redes que conecten a la academia con los activistas sociales, reconociendo que existen diversas maneras de entender y ejercer lo que entendemos como justicia. Esto ya está tomando forma con la creación de la Red Latinoamérica de Historia Pública, actualmente coordinada por profesoras de la Universidad de Quilmes en Argentina.

Por último, pero no menos importante, quiero resaltar la importancia del lenguaje, mencionado anteriormente, y el uso de las fuentes. Si los historiadores públicos aspiramos a llegar a audiencias diversas, debemos emplear un lenguaje accesible y comprensible. Los términos complejos tienen su valor, pero solo cuando se explican de manera que cualquier persona pueda entenderlos. Un lenguaje críptico solo perpetuará la idea errónea de que la historia es un simple recuento lineal del pasado, cuando en realidad, quienes practicamos la historia pública sabemos que la disciplina es mucho más amplia y dinámica. Esto me lleva a otro desafío que, aunque a veces subestimado, es igualmente relevante: la percepción en algunos círculos más tradicionales de que la historia pública carece de rigor y no maneja adecuadamente las fuentes. Como bien sabemos los que estamos aquí, esta idea es falsa. Al contrario, quienes nos dedicamos a la historia pública tenemos un profundo respeto y cuidado en el uso de las fuentes, ya que muchas de ellas provienen de actores sociales vivos. Trabajar con historias en constante transformación exige un gran rigor y disciplina. Un claro ejemplo son los temas relacionados con la memoria histórica o la historia oral. Por ende, este desafío consiste en demostrar que las prácticas de la historia pública no pierden rigor por utilizar lenguajes inclusivos ni por hacer sus análisis e interpretaciones accesibles a un público más amplio.

Los desafíos para los proyectos que tienen en cuenta las dimensiones públicas de la historia, como vemos, son muchos, de largo aliento y complejos, sin embargo, soy optimista porque veo y hago parte de una red de practicantes de historia pública que cada vez más hacen contribuciones fundamentales para lograr que las diversas historias latinoamericanas sean democráticas, inclusivas y participativas.

Enfocando la mirada crítica hacia adentro - Catalina Muñoz Rojas (Universidad de los Andes, Bogotá).

Mi práctica como historiadora pública se ha orientado a activar el pensamiento histórico en función de la creación de futuros de justicia social después de pasados de atrocidad, en el caso colombiano específicamente. En los últimos años he liderado proyectos colaborativos en los que historiadores, comunicadores y líderes sociales de comunidades afectadas por el conflicto armado colombiano nos unimos para investigar y producir juntos, como co-investigadores, narrativas en formato radial y podcast que cuentan las historias de Colombia no desde las perspectivas requeridas por el estado y la academia, sino desde las perspectivas de quienes han sufrido la guerra, la han resistido, y más allá de ella, han persistido históricamente por vivir dignamente en sus territorios.

Nuestras narrativas retan las historias convencionales de la guerra pero también de la paz en Colombia desde distintos ángulos: cuestionamos las metodologías académicas, centradas en el archivo y la escritura; cuestionamos meta-narrativas como la del estado-nación moderno y la democracia como proyectos siempre incluyentes, justos y pacíficos; y cuestionamos las temporalidades de la historia convencional, que asumen una separación entre pasado, presente y futuro, y dan por sentado que el tiempo es lineal y progresivo. Les invito a escuchar el podcast Nuestra Orilla, disponible en todas las plataformas para podcast, así como visitar nuestra página web, www.nuestraorilla.co para saber más sobre este trabajo.

Esta práctica de la historia pública, que tiene en su corazón la pregunta por el rol de la historia en la producción de la exclusión y la violencia, pero también su potencial para crear futuros más justos, ha implicado para mí el pensar, más allá de las violaciones recientes a los derechos humanos (que en mi país ha generado en las últimas décadas más de nueve millones de víctimas de distintas violaciones a los derechos humanos), en las estructuras de desigualdad económicas, políticas, sociales y culturales, que tienen profundas raíces históricas, y sin las cuales no es posible comprender a fondo la repetitividad de los ciclos de violencia. La producción de conocimiento histórico, por supuesto, ha sido parte de estas estructuras, que podemos rastrear a la colonización española del siglo XVI.

En ese momento, la representación de los grupos humanos como paganos, incapaces de autogobernarse, sexualmente promiscuos, despóticos, infantiles, poco inteligentes, entre otros, justificó su dominación. Esta forma de poder operaba en los ámbitos de lo material, simbólico y epistemológico: asignaba roles laborales y sociales, la dirección en la que fluía la riqueza, así como designaba quién tenía la capacidad de producir conocimiento y quién tenía la agencia para moldear el curso de la historia. Como lo ha señalado Silvia Rivera Cusicanqui, este sistema de riqueza y poder fue mantenido por las élites nacionales después de las independencias a principios del siglo XIX. Aunque establecieron un Estado liberal, convirtieron en ciudadanos de segunda clase a la mayoría de la población, a la que seguían considerando inferior: los pueblos indígenas, los afrodescendientes, los habitantes de las regiones bajas, los pobres y las mujeres, no eran considerados preparados para modernidad y la plena participación política; las élites gobernantes los posicionaron fuera de la historia y de su movimiento lineal y progresista.

Las relaciones coloniales continuaron extendiéndose en el tiempo. Incluso durante los períodos en que se afianzaron los discursos inclusivos, como en las décadas de 1930 o 1990, la inclusión tenía limitaciones importantes: los pueblos indígenas, por ejemplo, han sido incluidos a través del lenguaje de la autenticidad que los vuelve estáticos, arcaicos, congelados en tiempo, estereotipados y, nuevamente, fuera de la historia y el cambio. Las narrativas guiadas por el lenguaje del progreso y el desarrollo, a escala nacional e internacional, resaltan las acciones de algunos grupos como históricas, mientras restan importancia a las de otros. Algunos son considerados aptos para el progreso, la modernidad, la participación política e incluso la historia, mientras que otros se consideran no aptos. Como lo ha argumentado el filósofo nigeriano-americano Olúfemi Táíwò, las reparaciones hoy implican necesariamente la transformación fundamental de los patrones de distribución de ventajas y desventajas materiales y simbólicas que se establecieron en el siglo XVI y continúan vivos en la actualidad.

Las narrativas históricas han sido parte de la configuración de la dominación y también pueden servir al propósito de la liberación y decolonización al interrogar al poder. En su reciente libro, *Sobre el juicio de la historia*, la historiadora Joan Scott nos

ha invitado a cuestionar la creencia de que la historia, entendida como progresista, puede descubrir la verdad, corregir el orden moral y lograr justicia después de pasados de atrocidad. En cambio, enfatiza la necesidad de interrogar la política detrás de la concepción de la historia como unilineal, universal, que avanza progresivamente hacia un objetivo final: el Estado-nación. Esta concepción de la historia naturaliza las estructuras de poder que permiten la violencia y las deja incuestionadas. Las nociones convencionales de la disciplina, que se afianzaron en su nacimiento en la universidad alemana en el siglo XIX y siguen prevaleciendo hoy, han sido parte fundamental de la configuración jerárquica de las relaciones sociales y las epistemologías. Este enfoque convencional de la disciplina deja cuestionadas las nociones de pasado, presente y futuro, asumiendo que el conocimiento histórico es el descubrimiento de verdades fácticas que se mueven en la dirección singular y lineal del progreso. Además, se basa en la afirmación de que el conocimiento histórico puede separarse de sus productores y de las redes a las que pertenecen. De esa manera, la historia sigue utilizándose para legitimar disposiciones de poder –como el Estado-nación– pasando por alto su participación en ellos. Hoy en día hay muchas posturas en las que grupos, tanto reaccionarios como progresistas, invocan a la “historia” para aclarar las cosas, como si una verdad fáctica tuviera el poder de un juicio definitivo; como si el bien y el mal fueran universales y ahistóricos; como si la autoridad de la historia descansara en su aislamiento de los intereses grupales.

En el corazón de mi trabajo de historia pública y construcción de paz en Colombia está la premisa de que, para descolonizar la historia, debemos reconocer su inseparabilidad de la política. Más que “dejar las cosas claras” y descubrir verdades objetivamente, la historia nos permite explorar las formas en que las relaciones de poder se hacen y rehacen a lo largo del tiempo. Más allá de determinar los hechos de quién, cuándo, qué y dónde, nos permite estudiar el por qué, mirando críticamente las estructuras que hacen posible el poder. Pero la lente crítica no puede dirigirse sólo al pasado o al exterior. La investigación crítica también debe apuntar hacia adentro, a las formas en que nuestros entornos institucionales y prácticas disciplinarias – arraigadas en la universidad, el archivo, el museo, las asociaciones profesionales y las revistas– mantienen y reproducen formas de jerarquía y exclusión.

Para concluir, pienso que el desafío principal al que me he enfrentado es el de la inminente necesidad de un proyecto decolonizador de la historia, que implica abrazar la naturaleza política de la misma. El reto es usar el pensamiento crítico no para incluir y democratizar, sino para cuestionar cómo las nociones de inclusión y democratización dejan intocada la premisa misma de que hay un sistema (sea la democracia liberal, sea el estado-nación moderno) que es por naturaleza pacífico, incluyente y ajeno a las relaciones de poder. Así como en los mundos sociales que habitamos existen diferentes formas de ser y relacionarse con el pasado, el reto es intentar que nuestra práctica de historia pública abrace y valore esa heterogeneidad, que sea flexible, que conecte, lo que por supuesto puede generar tensión pero también reciprocidad.

A história pública e seus públicos: desafios e possibilidades - Fernando Nicolazzi
(LUPPA/UFRGS).

Parece não haver dúvidas, seja entre seus praticantes, seja na comunidade historiográfica ampliada, que a história pública no Brasil se consolidou na última década como um domínio do conhecimento histórico consistente e formalmente estruturado, segundo os diversos requisitos que definem o que seja um campo disciplinar na historiografia: ela faz parte de currículos de graduação, é tema de pesquisa na pós-graduação, objeto de dossiês de periódicos científicos, possui uma vasta fortuna bibliográfica, formada não apenas por livros, mas igualmente por TCCs, dissertações de mestrado, teses de doutorado. Além disso, mantém eventos acadêmicos rotineiros e se articula em redes que agregam pesquisadores e pesquisadoras nacional e internacionalmente. Sem se caracterizar como uma área do saber autônoma, atravessa diferentes espaços e atua transversalmente a partir de diversos outros campos (como a história oral, a teoria da história, a comunicação social, a museologia, o turismo, os estudos patrimoniais, os estudos queer etc).

Em outras palavras, a história pública, termo que deu nome a práticas que lhe eram anteriores, disciplinou-se. Se isso, por um lado, cria condições de possibilidade propícias para seu funcionamento acadêmico e científico, como a formação de pesquisadores especializados no campo e a viabilidade de projetos de pesquisa subvencionados por agências de financiamento, por outro coloca desafios importantes e

impõe dilemas que não são facilmente contornáveis. Sem poder desenvolver de forma mais ampla muitas das questões que decorrem de tal situação, concentro-me em apenas um ponto de reflexão, que diz respeito aos significados e aos efeitos desse processo de disciplinamento (o que não equivale, pelo menos não totalmente, à noção foucaultiana de disciplinarização). Obviamente, a história pública não se limita à sua modalidade acadêmica, seus praticantes não se restringem ao espaço universitário e sequer são definidos pela formação propriamente historiográfica. Mesmo a história pública disciplinada vai muito além da disciplina da história. De todo modo, saliento que minha reflexão se restringe à forma de história pública realizada por historiadores e historiadoras da academia, ou seja, à história pública enquanto disciplina.

Considerar a história pública como um campo disciplinado significa não apenas compreender que suas modalidades de produção obedecem, ainda que não exclusivamente, a postulados disciplinarmente estabelecidos; implica também compreender o disciplinamento de suas formas de circulação e de recepção, mesmo que elas não se limitem a circuitos próprios da disciplina. A história pública dialoga com públicos variados, muitos dos quais podem ser considerados como disciplinados; diria mesmo que, de alguma forma que demandaria ainda uma reflexão mais cuidadosa, ela própria acaba por funcionar como elemento disciplinador de determinados públicos. Contudo, nem sempre isso é a regra. Por vezes, e talvez na ampla maioria das vezes, a prática da história pública ocorre tanto em espaços como diante de públicos que não obedecem ou não respondem aos protocolos próprios da disciplina, ocasionando uma situação de tensão que fatalmente desloca o historiador ou a historiadora do lugar razoavelmente controlado em que está acostumada a atuar.

Nesse sentido, considerando a pluralidade de situações concretas, falar em termos de um “grande público”, como se fosse uma espécie de entidade homogênea cujo signo distintivo residiria apenas no fato de “não ser acadêmico”, é uma ilusão que pode ser útil, mas não favorece os desenvolvimentos do campo no contexto contemporâneo. Reside aí, portanto, um dos desafios colocados à história pública hoje: conhecer os variados públicos da história, produzir dados concretos e devidamente sistematizados que ofereçam uma ideia minimamente adequada do que sejam eles. Quem busca o conhecimento histórico e como? Quais as histórias efetivamente

acessadas ou mesmo consumidas? A partir de que expectativas e respondendo a que tipo de demandas?

Da mesma forma, e como questões correlatas a essas, arrisco considerar que sem uma compreensão e uma definição apropriadas do que é o espaço público, onde a história pública pode ter lugar, uma parte importante das oportunidades e das perspectivas criadas em torno da prática podem ser perdidas ou diminuídas em sua força social. Que percepções públicas a respeito da história e de seus praticantes coexistem atualmente? Qual o lugar da história na esfera pública? Todas essas são perguntas que me parecem centrais para um tipo de prática historiográfica que se pretende mais ampliada, voltada a audiências plurais e heterogêneas, e que se manifesta em espaços sociais diversificados.

Reflexões teóricas sobre a noção de público, como as de Renata Schittino (no capítulo *O conceito de público e o compartilhamento da história*, 2016), ou estudos seminais como o do Roy Rosenzweig e David Thelen a respeito dos usos populares da história na vida estadunidense (no livro *The presence of the past. Popular uses of history in American life*, 1998) e o de João Paulo Garrido Pimenta e equipe sobre a cultura de história no Brasil, a partir das atitudes e valores sociais projetados sobre o tema da Independência (no artigo *A Independência e uma cultura de história no Brasil*, 2014), mostram as vastas possibilidades que pesquisas de público podem oferecer para historiadores e historiadoras dispostos ao diálogo como outras audiências. Sobretudo, apontam para o fato de que a divulgação científica se torna muito mais eficaz e socialmente pertinente quando se conhece para quem se divulga determinadas formas de conhecimento histórico, transformando o ato de divulgar em um gesto propriamente dialógico, ou seja, em uma forma de comunicação pública da história.

Estes são, creio, alguns dos desafios para a história pública, entendidos aqui não como problemas ou limitações que comprometem seu desenvolvimento, mas sim como um campo de possibilidades que porventura ajude a transformá-la tendo em vista suas condições atuais de produção, de circulação e de recepção. Se a história pública é hoje, em grande medida, uma forma disciplinada de conhecimento, nem sempre ela se realiza em espaços disciplinados, para públicos disciplinados. Conhecer estes públicos e

aqueles espaços pode ser uma forma de amplificar seu alcance social e encarar sob outros aspectos sua prática acadêmica.

História Pública: crise ou politização da História? - Mauro Franco Neto (UEMG / Revista Histórias Públicas)

Boa tarde! Eu agradeço o convite aos organizadores do V Simpósio da Rede Brasileira de História Pública, em particular a professora Juniele Rabêlo, e aproveito para saudar esse importante evento e também a Rede Brasileira de História Pública, com uma atuação nos últimos anos que tem trazido uma lufada de ar fresco para nossa comunidade historiadora, assumindo e explorando a vocação ética e democratizante do conhecimento histórico. Eu tentarei responder à pergunta “Quais são os desafios da História Pública hoje?” de duas formas a partir da minha experiência. A primeira, como editor de um periódico científico criado recentemente. A segunda, como professor que trabalha com as disciplinas de Teoria e Historiografia com meus alunos aqui na Universidade do Estado de Minas Gerais.

Para endereçar a minha primeira resposta, eu convido a todos para conhecerem a Revista Histórias Públicas, editada por docentes da UEMG, e criada recentemente para ser um espaço de discussão e reflexão sobre práticas e experiências de história pública. Neste breve período de existência, já lançamos alguns dossiês e, em dezembro, será publicado um novo dossiê que organizei juntamente com a professora Juniele Rabêlo. Entendo que a Revista Histórias Públicas, assim como outros periódicos, pode auxiliar a História Pública no desafio da autorreflexividade que há alguns anos nosso colega Ricardo Santhiago alertou em texto na revista Tempo e Argumento, ressaltando a capacidade da História Pública na revisão e revitalização dos princípios e da prática do pesquisador, bem como da relação do historiador com seu ofício. A Revista Histórias Públicas, com suas possibilidades de publicação de textos, artigos, resenhas, entrevistas e outras formas de intervenção no debate, pode contribuir para esse desafio se colocando como um espaço não de interdição e reafirmação de códigos e automatismos do campo, mas como um lugar aberto para uma comunidade que está constantemente revisando seus princípios e atenta a uma construção compartilhada do conhecimento histórico.

Para a segunda resposta, eu retomo aqui palavras do historiador francês François Hartog, publicadas no original já há uma década, quando associou o desenvolvimento da Public History na América do Norte à emergência de uma nova figuração do ofício do historiador, o historiador-perito. Nessas ocasiões, observa Hartog, o historiador era chamado para, dentre outras atividades, numerosos litígios sobre a propriedade de terras ancestrais. Ao historiador então caberia ser uma espécie de testemunho do “interesse geral”, alguém que, tomando parte de uma agenda, pleitearia uma memória que seria, ao mesmo tempo, direito, dever e arma.

O movimento de transformação do ofício do historiador visto por Hartog era mais amplo. Pode ter seu início datado na década de 1990, quando o principal efeito da queda do muro de Berlim viria a ser uma desorientação da história, devido à perda de seu futuro promissor e que orientava também os sentidos impressos ao passado e ao presente. Assim, da perda do futuro decorreu também a perda de certa evidência da história que se materializava no percurso construído pelo Estado-Nação, do qual o historiador era um grande mediador da sua existência no passado e da continuidade no presente e no futuro. Não nos confundamos, porém. Nesta configuração, o presente e o futuro só interessavam ao historiador como meras projeções das quais deveríamos, efetivamente, nos afastar. Conforme podemos encontrar em um manual de história francês de 1867: o presente tocaria à política e o futuro a Deus. Ao historiador serviria decifrar os documentos no silêncio dos arquivos.

A crise observada por Hartog, portanto, consistiria na passagem dessa configuração para uma outra, na qual o presente, antes indesejado, passa a ser ponto de início e de fim do conhecimento histórico, sendo a categoria fundamental da nossa compreensão de nós mesmos, havendo a partir de então “história do presente e no presente”. Para ilustrar tal dinâmica, Hartog identificou na emergência de conceitos que ganharam projeção na agenda do historiador e passaram a concentrar suas atividades. Seriam eles: memória, comemoração, patrimônio, identidade, vítima, testemunha, reparação etc. Apesar de suas diferenças, traziam um ponto importante em comum: todos seriam respostas para tempos de incertezas. Perdida a certeza de um futuro aberto e melhor, o vazio deixado só poderia ser ocupado se um grande esforço fosse feito no presente para torná-lo possível, ou preservá-lo do perecimento. Assim, a memória se

torna um dever, o patrimônio deve ser salvo, a testemunha ganha status idêntico ou mesmo superior ao do historiador e assim por diante.

As transformações nas condições do ofício do historiador são uma constante e decorrentes de mudanças nas formas de pesquisa, preservação, leitura e também em novas demandas, fenômenos e escolhas pelas quais grupos e gerações são diretamente responsáveis. Escolhas que também são as de Hartog ao classificar aquelas transformações mais recentes como “crise” ou mesmo através de um lamento que por vezes fica evidente em sua análise, com a perda de um lugar e de uma autoridade auto atribuídos pela historiografia que de “natural” tem pouco ou nada. Não seria possível compreender o mesmo conjunto de fenômenos discutidos por Hartog, dos quais a História Pública é atriz e espectadora, como um intenso movimento de politização e revelação das condições artificiais do que por tanto tempo nos acostumamos a chamar “História”?

Eu concludo entendendo que os desafios da História Pública hoje passam, portanto, por manter aquilo que tem sido uma das suas maiores virtudes até aqui: o enfrentamento direto das disputas abertas pelos usos públicos do passado e dos negacionismos, oferecendo a esses fenômenos a importância que merecem e não o assombro, pois, como há quase um século nos alertou Walter Benjamin, o assombro com os episódios que “ainda” vivemos não é um assombro filosófico e explicita uma concepção de história insustentável. Dentro da nossa comunidade historiadora, a História Pública incorpora o desafio de uma história porosa às disputas que sempre estiveram presentes, ainda que certa tradição buscasse criar proteções para uma história asséptica e intangível para um presente indesejado. Vejo, assim, na História Pública a realização factual daquilo que por algum tempo nossa tradição disciplinar procurou se proteger: o caráter disputado, público e performático do conhecimento histórico que, uma vez assumido, não o tornaria menos científico, mas sim mais consciente das suas condições de produção e recepção, e distante de ilusões salvacionistas.

Desafios da História Pública Hoje: Ativismo, Curadoria Pública e a Humanização dos Museus - Michel Kobelinski (UNESPAR).

Os desafios contemporâneos da História Pública são múltiplos e complexos, principalmente em projetos que valorizam sua dimensão pública e colaborativa. Um dos principais entraves é desenvolver uma história pública crítica e cidadã, adaptada às realidades da América Latina, que lide com passados traumáticos e suas reverberações no presente. Esses traumas se manifestam no uso político da história, negacionismo, violações de direitos humanos, populismos, cancelamentos e polarizações que ameaçam a liberdade de expressão e o estado democrático de direito. O cenário recente na América Latina oferece uma oportunidade para analisar as manipulações de atores políticos e a importância do passado na gestão das emoções políticas, refletidas em formas autoritárias de governança, manifestações populares, no uso diversificado das redes sociais e no impacto crescente da inteligência artificial. A IA, ao facilitar a disseminação de informações e a criação de narrativas, também desempenha um papel crucial na amplificação dessas emoções e na forma como as histórias são moldadas e consumidas, exigindo um olhar crítico sobre seu uso ético e suas implicações jurídicas e políticas.

Nesse contexto, o ativismo em museus emerge como uma prática essencial. Museus não são apenas espaços de preservação e exibição da materialidade, mas agentes ativos de transformação social e de engajamento comunitário. Essa forma de atuação promove práticas plurais que reconhecem e valorizam a diversidade de experiências e vozes. Exemplos disso são a Rede de Educadores em Museus (REM-PR), que está em sintonia com o novo Plano Nacional de Educação em Museus (PNEM), e o Instituto Mexicano de Curadoria e Restauração, dos quais participo, ambos defendendo a ideia de museus mais humanos, acessíveis, inclusivos e sensíveis.

Humanizar museus significa colocar a experiência humana no centro das atividades museológicas, priorizando memórias, emoções e saberes das comunidades envolvidas, em vez de focar exclusivamente nos objetos e coleções. Esforçar-se pelo bem-estar daqueles com os quais o museu estabelece vínculos é fundamental para a prática da história pública. Conectar, colaborar e coproduzir narrativas com o público exige projetos contínuos que envolvam escola, instituições e sociedade. Além disso, as narrativas museais contêm dimensões políticas, históricas e ideológicas contraditórias, exigindo a inclusão de múltiplos públicos na construção dessas histórias. Isso fortalece

os diálogos inclusivos, mesmo em um cenário cultural e linguístico diverso como o da América Latina.

A curadoria pública desempenha um papel crucial nesse processo, ao transformar visitantes em participantes ativos na construção do conhecimento. O protocolo *Pop Up Museum*, desenvolvido desde 2019, é um exemplo de como a curadoria pode incentivar reflexões e diálogos, transformando a passividade dos visitantes em um ativismo por direitos. A exposição – presencial/virtual - *Além da Destruição: Ativismo Patrimonial (Ucrânia)* ilustra essa abordagem, ao conectar emocional e cognitivamente os visitantes com o impacto da guerra no patrimônio cultural ucraniano, promovendo empatia e conscientização sobre a necessidade de reconstrução pós-conflito.

Os museus, assim, podem se tornar espaços de liberdade de pensamento, aprendizado e engajamento contínuos com as audiências, abrangendo todos os públicos, como crianças, jovens, adultos, pessoas com deficiência e idosos, por exemplo. Dessa forma, promovem uma inclusão verdadeira e garantem que as diversas experiências e necessidades de cada grupo sejam reconhecidas e valorizadas. Exemplos dessa prática são os Museus Comunitários de Oaxaca, no México, onde as comunidades indígenas participam diretamente da gestão, e o *Parque de la Memoria*, no Peru, que envolve as comunidades na preservação de sítios de conflitos históricos. No Chile, o *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* reflete sobre as violações da ditadura, enquanto a Argentina transforma o *Museu Sítio de Memória ESMA* (Escola de Mecânica da Armada), um espaço de memória sobre o terrorismo de Estado.

A tecnologia, por sua vez, apresenta tanto desafios éticos quanto oportunidades transformadoras nos museus. Sua integração permite que esses espaços promovam uma participação pública ativa e uma coprodução de conhecimento mais acessível e dinâmica. Isso é particularmente relevante no manejo de patrimônios sensíveis ou contestados, onde o uso de recursos digitais e Inteligência Artificial pode facilitar diálogos críticos e inclusivos, ao mesmo tempo em que torna o acesso a informações mais amplo e interativo, evitando censuras. Nesse cenário, é fundamental adotar uma abordagem decolonial crítica, que reconheça as camadas complexas de desigualdade e imposição que moldaram a história nas Américas antes da conquista europeia, sem

permitir que essas narrativas, igualmente colonizadoras, sejam esmaecidas ou negligenciadas pela historiografia.

O ativismo museológico deve ser construtivo, promovendo a justiça social e o diálogo. Ao tratar de questões como a repatriação de bens patrimoniais ou o debate sobre patrimônios contestados, os museus desempenham um papel central na compreensão mútua e na facilitação de reconciliações históricas. Esse ativismo ressignifica acervos, contribui para a criação de narrativas inclusivas e fortalece as práticas museológicas em parceria com as comunidades.

Os desafios da história pública atualmente envolvem:

- Desenvolver práticas históricas coproduzidas com as comunidades, refletindo suas diversidades, complexidades, demandas e desejos.
- Consolidar redes colaborativas, valorizar a autoridade compartilhada e comprometer-se com práticas éticas e democráticas.
- Adaptar-se às novas tecnologias e formas de comunicação sem perder a essência e as especificidades do contexto latino-americano.
- Promover uma história pública que não apenas informe, mas que envolva, inspire e seja coproduzida com as comunidades, contribuindo para a transformação social e a valorização das memórias e histórias de todos os grupos sociais.
- Humanizar os museus e promover a curadoria pública, transformando-os em espaços inclusivos e participativos, onde as diversas vozes são reconhecidas e valorizadas.
- Incorporar o ativismo em museus, especialmente através do ativismo educativo, para fortalecer o papel social dos museus em sintonia com as práticas de História Pública.

Os desafios da História Pública exigem um esforço contínuo de reflexão, adaptação e inovação por parte dos historiadores, que devem manter um diálogo constante com as comunidades, sempre comprometidos com a democratização do conhecimento histórico. Para isso, a adoção de práticas colaborativas, inclusivas e ativistas é fundamental, permitindo a construção de uma História Pública relevante e transformadora, alinhada às necessidades e aspirações da sociedade contemporânea.

Além disso, considero que um dos principais desafios envolve a expansão das parcerias institucionais e da cooperação internacional, exemplificadas pelas conexões entre a Rede Brasileira de História Pública e a Rede Latino-Americana de História Pública. Essas colaborações são fundamentais para ampliar o diálogo sobre questões regionais e globais, respondendo de forma eficaz às demandas sociais, históricas e culturais de diferentes contextos e ampliando a internacionalização da história pública na América Latina.

Referências bibliográficas

KOBELINSKI, M. The Iguazu Regional Museum and its Audiences. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, p. e38899-15, 2021

KOBELINSKI, M. et al. O Pop Up Museum Brasil e a formação de Públicos. In: Alcimara Aparecida Föetsch. (Org.). *Extensão Universitária na Unespar de União da Vitória: Ações, Registros e Perspectivas*. 1ed. Curitiba: CRV, 2022, v. 1, p. 153-164.

KOBELINSKI, M. Conservar y compartir conocimientos y experiencias en los espacios públicos. In: María Elena Bedoya Hidalgo; Jimena Perry Posada; Manuel S. Ferro. (Org.). *Comunidades digitales, museos e historia pública: experiencias en torno a América Latina*. Bogotá-Quito: USFQ PRESS-Quito/ Editorial Universidad Extremado de Colombia-Bogotá, 2023, v. 1, p. 31-49.

KOBELINSKI, M. *História Pública, museus e comunidades: conexões Brasil-Argentina*. Curitiba: CRV, 2024.

KOBELINSKI, M. et al. Beyond Destruction - Heritage Activism (Ukraine), 2024. Disponível em: <https://www.artsteps.com/view/66041451caa92ab1e000bba0>

Quais são os desafios da História Pública hoje: Movimentos Sociais e Políticas Públicas - Tatyana de Amaral Maia (UERJ/PPGH-UFJF).

O movimento da História Pública no Brasil vive seu momento de apoteose. Desde o primeiro encontro sobre a História Pública no país, realizado na USP, em 2011, até os dias atuais o movimento cresceu em tamanho e densidade teórica e prática. São inúmeras as publicações de livros, dossiês em revistas, pesquisas acadêmicas, pesquisa-ação, podcasts, sites, páginas nas redes sociais sob os mais variados temas, que esse amplo, heterogêneo e plural movimento da História Pública vem acolhendo. As temáticas sensíveis, da História do Tempo Presente e os usos da História Oral têm prevalência no debate, considerando que a História Pública é sensível às demandas societárias mais imediatas. Acolher, refletir, compartilhar, divulgar, tecer, requalificar são atributos de um movimento que hoje é um dos mais inovadores no campo

epistemológico da História disciplinar. A História Pública, em termos epistemológicos, promoveu uma mobilizadora reflexão sobre a função social e política da História disciplinar e o papel a ser desempenhado pelas/pelos historiadoras e historiadores no alvorecer do século XXI. O debate não circunscrito ao movimento da HP tem sido recorrente nos diversos fóruns dedicados à História e reforça o nosso compromisso público com a democracia e a equidade social.

Vivemos tempos de crises múltiplas. Somam-se aos episódios de crise política e econômica, guerras, negacionismos, tragédias climáticas, individualismo exacerbado, cortes em investimentos nas políticas sociais e de pesquisa, questionamento de direitos, fragilização das instituições democráticas, discursos de ódio e de negação do(s) Outro(s). Também são tempos de resistências, de ressignificação do papel da ciência, dos intelectuais, das universidades e instituições de pesquisa. E a HP contribui imensamente com o debate sobre o papel da ciência, das Humanidades, da História e dos intelectuais em tempos de inúmeros desafios.

E quais seriam os nossos desafios hoje? Há muitos debates em curso acerca da trajetória da HP no Brasil. Proponho, nesse debate, uma questão específica: qual o papel da HP junto aos movimentos sociais? Como podemos contribuir através do nosso ofício para a compreensão de que a existência de movimentos sociais com diferentes pautas qualifica a democracia? Como a HP pode construir conhecimento para auxiliar nas políticas públicas?

Tradicionalmente, a democracia representativa tem sido caracterizada pela existência de liberdades políticas, livre circulação de ideias, eleições regulares, partidos políticos e sindicatos. Apesar da importância de todas essas características, durante todo o período republicano no Brasil (1889-2024), os movimentos sociais dedicados à luta por direitos e cidadania foram alvo de constante repressão por parte do Estado e ações condenatórias dos mais diversos. Acusados de radicais, ameaçadores, desordeiros, subversivos, baderneiros, e outros sem números de xingamentos ou termos pejorativos, além de desqualificações por parte de discursos anticomunistas, os movimentos sociais foram entendidos majoritariamente como “questão de polícia”. Se nos períodos ditatoriais, a repressão aos movimentos sociais de oposição era sistemática, nos períodos democráticos a situação tampouco é confortável. A legitimidade desses

movimentos como parte integrante da vida democrática é sempre questionada e a sua presença no espaço público incomoda aqueles que defendem a permanência da ordem – em geral excludente. Ressaltamos que a democracia também é um sistema que comporta a livre manifestação política e formas de organização coletiva de resistências e lutas por direitos.

A HP tem sido reconhecida pela comunidade acadêmica como um espaço ímpar no diálogo com a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da democracia e circulação de saberes. A aproximação entre ciência e sociedade requalificou o nosso olhar sobre a importância da popularização dos saberes, do encontro entre conhecimento científico e vida coletiva, dando uma dimensão prática às nossas pesquisas. Para além da atividade de divulgação científica, essencial nesse processo de aproximação e legitimação da ciência como uma contribuição positiva à vida social, a popularização da História, através da História Pública propõe um diálogo intenso com os públicos. No caso específico dos movimentos sociais, penso que nossa contribuição pode se concentrar em duas ações: primeiro, a requalificação junto ao grande público da imagem dos movimentos sociais que buscam ampliar o acesso à cidadania através da luta por direitos; segundo, a produção do conhecimento pode auxiliar na melhoria das políticas públicas inclusivas.

Os movimentos sociais a partir da História Pública, da História Oral e da valorização da História do Tempo Presente se tornaram não apenas objetos da História disciplinar, mas co-autores das narrativas históricas, num processo dialógico, mediado pelos historiadores. A emergência da História Oral possibilitou uma requalificação das relações entre os historiadores e os protagonistas da História, rompendo hierarquias irreduzíveis e propondo a existência de uma autoridade compartilhada entre nós, os historiadores, e os agentes sociais com os quais nos relacionamos na construção de um conhecimento histórico dedicado ao Tempo Presente, ou seja, ao tempo marcado pela presença de testemunhas vivas das experiências sobre as quais nos debruçamos.

Uma das principais historiadoras dedicadas aos movimentos sociais, à História Oral e à História Pública no Brasil é Juniele Rabêlo que a partir do conceito de trabalho de memória propõe problematizar as interpretações dialógicas desse conhecimento histórico. Ao pensar o lugar da HP junto aos movimentos sociais, a historiadora inclui o

impacto que nossa ação pode ter no fortalecimento de políticas públicas. Afinal, ao mapearmos as trajetórias, as práticas e representações realizadas na base e suas estratégias de ação, formamos um importante conhecimento sobre esses movimentos. Outra importante historiadora, Marta Rovai, igualmente dedicada aos movimentos sociais e sua relação com a História Pública, também compreende a importância de valorizarmos os protagonistas desses grupos. Para Rovai, é preciso evitar cristalizá-los apenas na condição de vítima ou acreditar que nós estamos dando voz a esses personagens. Assim, propõe o historiador como mediador ético, num processo de publicização do conhecimento histórico sem simplificação, cuja construção do conhecimento é fruto de um trabalho dialogado com o público mais amplo. Ambas as perspectivas trazem, ao nosso ver, uma requalificação no campo da divulgação científica, tradicionalmente centrada na hierarquização “nós” e “eles” substituindo-a por uma visão dialógica dos saberes compartilhados.

Ao mesmo tempo, a compreensão da HP como um conhecimento capaz de apoiar a elaboração de políticas públicas, a partir de uma relação mais horizontal com os protagonistas dos movimentos sociais, oferece uma nova experiência e potencialidade para a História disciplinar. Acreditamos que aprofundar esse debate e fortalecer a capacidade da HP de produzir conhecimento para fomentar políticas públicas inclusivas é uma contribuição importante que estamos habilitados a realizar. Vida longa a História Pública no país!

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; Ricardo Santhiago. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 47-56.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia. *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediação do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. P.185-196

História pública e temas sensíveis: por que falar das prisões e dos presos comuns? -
Viviane Borges (UDESC).

Sou coordenadora do projeto de extensão Arquivos Marginais, que atua na salvaguarda de acervos e na difusão histórica voltadas a história das prisões nos séculos XX e XXI. Um dos nossos produtos é a criação de podcasts sobre vidas presos comuns, acionadas a partir de temas como gênero, masculinidade, encarceramento em massa, etc. Um dos desafios que enfrento é a responder a pergunta – Porque contar essas histórias?

Há cerca de 10 anos, represento a UDESC no Conselho da Comunidade de Execução Penal, órgão responsável por prestar assistência, apoiar a reintegração dos presos e contribuir para a redução da reincidência criminal. Minha função inclui a participação em inspeções nas prisões para verificar as condições das instalações e facilitar a comunicação entre o sistema prisional e a sociedade. A partir dessa posição, – e não sem vários desafios – tenho acesso a diferentes espaços dentro da prisão, principalmente na penitenciária masculina e oportunidade de conversar com detentos.

Nas conversas com os detentos, sigo um questionário que permite uma visão ampla sobre o cotidiano prisional. As queixas mais comuns incluem má qualidade e subsídios de refeições, pouco ou nenhum tempo de sol, falta de oportunidades de trabalho, ausência de acesso à educação e dificuldades no atendimento médico. Além disso, há reclamações sobre banhos frios, falta de toalhas e roupas de cama, além da umidade constante nas celas e camas. Cito aqui as queixas mais recorrentes, que se repetem a cada inspeção, que são relatadas, constatadas e nunca resolvidas. Consigo enxergar várias dessas faltas e muito dessa precariedade, não apenas nas visitas, mas nas fontes que documentam a institucionalização das prisões no século XX e XXI. Precariedade, banalização da violência, descaso por memórias não reivindicadas e incomodas – meus desafios como historiadora das prisões que também pratica história pública passam por essas demandas.

O Brasil se destaca neste cenário por possuir a terceira maior população prisional do mundo. De acordo com o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), do Ministério da Justiça, a população prisional brasileira, em dezembro de 2022, era de cerca de 830 mil pessoas^[1].

E quem são essas pessoas? De forma geral podemos dizer que na atualidade são jovens, em sua maioria entre 18 e 25 anos, negros ou mestiços, pobres, com pouca ou

nenhuma escolaridade, sem acesso à imprensa, à justiça, ou a possibilidades de participação política e canais de visibilidade (Borges e Santos, 2019). Historicamente, os presos por crimes comuns pertencem aos estratos sociais mais baixos, frequentemente rotulados como "perigosos" e com baixos níveis de instrução (Benedito, 2017). Esses indivíduos são frequentemente descritos como degenerados, com falhas de caráter, e mergulhados em "promiscuidade" e "baixeza moral" (Oliveira, 2017, p. 79).

Myriam Sepúlveda dos Santos (2018), que atuou na organização do Museu do Cárcere (Rio de Janeiro), aponta para as dificuldades de se obter registros escritos e depoimentos deixados por presos comuns nos arquivos ligados às penitenciárias da Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Por outro lado, de acordo com a autora, "os presos políticos, oriundos em sua maioria de setores da população que detinham mais recursos e poder, conseguiram dar visibilidade ao que vivenciaram e presenciaram" (Santos, 2013, p. 237).

A adjetivação "político" instaura uma estrutura de diferenciação marcada por embates. Ela permite que atos de violência do estado e da polícia, bem como certas formas de punir dentro das penitenciárias, sejam entendidas como "não políticas", e acabam forjando hierarquizações valorativas profundas (Galeano, Corrêa, Pires, 2021). As categorias "preso político" e "preso comum" não possuem definições fixas ou amplamente consensuais; ao contrário, são construções moveáveis e complexas, sujeitas a disputas de ordem política e jurídica, estando no centro de disputas pela memória. A diferença reside em como o Estado e a sociedade classificam os crimes e a natureza dos atos cometidos, com base em um processo histórico e político que molda essas categorias ao longo do tempo. O "preso político" é, em geral, uma pessoa encarcerada por suas ações contra o regime vigente, como envolvimento em militância política, sindical ou qualquer forma de oposição ao governo. Nas batalhas de memória, a prisão política é investida por uma aura heroica, sendo motivo de orgulho, uma memória reivindicada. Em contrapartida, o "preso comum" é frequentemente associado a crimes percebidos como desvios de conduta sem motivação política, usualmente ligados a fatores sociais como pobreza e marginalização. A construção dessas categorias vai além da simples natureza dos atos, sendo moldada por interesses políticos, contextos jurídicos e disputas pela construção da memória e da identidade. Como resultado, essa fronteira

se apresenta em constante transformação, adaptando-se às variações dos regimes políticos e jurídicos ao longo do tempo (Galeano, Corrêa, Pires, 2021).

Nessa arena de debates, todo o preso pode ser entendido como um preso político, marcados por políticas públicas que visam silenciamentos e apagamentos de minorias diversas, marginalizadas. No entanto, quando analisamos mais a fundo as batalhas pela memória o assunto ganha camadas emaranhadas, que marcam de forma mais profunda uma cisão entre as duas categorias.

Os presos comuns não são vistos como sujeitos de memória, a eles não são dedicados memórias para que a sociedade lembre das vítimas da violência de estado, pois dentro das prisões a brutalidade é naturalizada como parte do sistema. A violência de estado nesse caso não é memória, ela não precisa de suportes, ela não deve ser lembrada porque ela está encravada no presente.

O massacre do Carandiru, que tenho estudado a fundo nos últimos anos, é um exemplo importante para ilustrar o tema. O Estado, na tentativa de apaziguar e silenciar a memória do massacre, criou o Museu Penitenciário Paulista e o Espaço Memória Carandiru. O Museu, inaugurado em 2014, exibe um acervo vasto sobre a história das prisões em São Paulo e opta pelo termo “motim” em vez de “massacre,” uma escolha sutil de palavras que tem uma potencialidade incrível de minimizar a gravidade do ocorrido. Já o Espaço Memória, criado pelo Decreto Estadual nº 52.112, de 30 de agosto de 2007, aborda a história do bairro do Carandiru, do Complexo Penitenciário e do Parque da Juventude, sem incluir o massacre em sua “missão.” O Estado controla a memória, o que pode ser dito sobre o massacre e sobre os presos comuns. O massacre do Carandiru é uma alegoria para se pensar as batalhas de memórias que configuram a distinção binária “presos políticos” e “presos comuns”.

Os arquivos ligados aos presos comuns também não sobrevivem aos apagamentos de memória, são frequentemente “perdidos” pela ausência de investimentos em sua preservação. Um descaso seletivo, intencional, pois as fontes podem comprometer o próprio estado ao possibilitarem que o cotidiano institucional seja desnudado. As fontes são perigosas, elas têm o poder de abalar as estruturas do sistema, de denunciar e trazer à tona o que acontece na prática institucional. Por isso são escassas as fontes que documentam a passagem dos presos comuns pela prisão. Parece

ter se criado o consenso de que a memória do encarceramento diz respeito somente aos presos políticos, corroborando uma atitude de indiferença em relação aos presos comuns, cujos abusos são naturalizados (Borges, 2023).

Ao contrário dos presos políticos, que em sua maioria eram alfabetizados, os presos comuns raramente foram autores de suas memórias, ou mesmo deixaram rastros de si nas prisões, mas como tratar da história das prisões sem o acesso a vestígios da experiência vivida por seus principais habitantes?

No caso das prisões, o presente – que entende que o bandido bom é o bandido morto - é usado para bloquear as tentativas de preservação dos arquivos e das edificações, como se a destruição de vestígios fosse fazer o passado incomodo desaparecer.

Nesse movimento, várias penitenciárias com histórias marcadas por presos políticos e presos comuns – e episódios de violência de estado - foram demolidos entre a década de 1970 e início dos anos 2000, com ares de espetáculo, e divulgação na imprensa como, Presídio de Tiradentes (1971) Ilha Grande (década de 1990), Complexo Penitenciário Frei Caneca (2006), Carandiru (20XX).

Frente a uma instituição tão controversa como a prisão, o que se deve exigir de uma sociedade democrática é o monitoramento constante dos espaços de confinamento para que o debate público acerca de seus efeitos possa ser cotidianamente colocado. A prisão é um problema crucial de nossa sociedade – e reiteradamente temos fechado os olhos para este problema.

É preciso criar meios, espaços e incitar os debates públicos a respeito das formas de punição, sobre as práticas punitivas que marcam o presente, principalmente sobre o encarceramento.

A instituição prisão é marcada por violações de direitos humanos e condições degradantes, que seguem a lógica do descaso em relação aos grupos que encontravam na prisão uma espécie de “destino social” – escravizados, povos originários, trabalhadores pobres, dissidentes políticos, minorias diversas – e mesmo sob a fantasia moderna da instituição disciplinar modelo, sempre esteve marcada pela violência, tortura, maus tratos.

Se buscamos um futuro mais democrático, precisamos pesquisar e discutir sobre práticas de encarceramento.

Referências bibliográficas

- Alvarez, Marcos. Prefácio. In: Borges, Viviane; Salla, Fernando. *Prisões: introdução à pesquisa*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- Benedito, Vanessa Oliveira. *Percepções da prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes durante a ditadura militar*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.
- Borges, Viviane. De Wit, Carolina. *Histórias Marginais*. São Paulo: Letra & Voz, 2022.
- Borges VT. A muralha cinzenta e o pórtico majestoso: o processo de patrimonialização do Complexo Penitenciário do Carandiru. *Tempo* [Internet]. 2022. Sep;28(3):241–62. Available from: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280312>
- Borges, Viviane; Salla, Fernando. *Prisões: introdução à pesquisa*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- Borges, V. T. (2024). Produções textuais de presos comuns (século XX). *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 15(31), 345–368. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v15i31.15915>
- Galeano, Diego, Corrêa, Larissa, Pires, Thula. Prefácio. In: Galeano, Diego, Corrêa Larissa, Tula, Pires (orgs). *De presos políticos a presos comuns: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.
- Oliveira, Priscila. Um olhar para os presos comuns nas memórias dos presos políticos da Era Vargas. In: Galeano, Diego, Corrêa Larissa, Tula, Pires (orgs). *De presos políticos a presos comuns: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.
- Perrot, Michele. *Os excluídos da história. Operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Santhiago, Ricardo. "História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo." *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018.
- Salvatore, Ricardo D. Salvatore, Aguirre, Carlos. Revisitando El nacimiento de la penitenciaría en América Latina veinte años despues. *Revista de Historia de las Prisiones* nº4 (Enero-Junio 2017).
- Süssekind, Elizabeth. *Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro*, Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2014, p. 232).

[1] Esse número de presos inclui aqueles que se encontram em prisão domiciliar, com ou sem monitoramento eletrônico.

5 propostas para História Pública – Bruno Leal Pastor de Carvalho (UnB / Café História).

Passados mais de 10 anos desde a “institucionalização” da História Pública no Brasil, por meio de congressos, redes, performances, livros e artigos, amadureci minha reflexão sobre esse campo e prática nos quais me reconheço como participante ativo. Essas reflexões, cabe dizer, amparam-se, sobretudo, em minha atividade como editor e autor do portal Café História, fundado em 2008. Procurei, a seguir, sintetizar essas reflexões em forma de cinco pontos que, talvez, soem, para o leitor, como manifesto para o futuro da História Pública. E talvez elas sejam isso mesmo.

#1. Acredito que a História Pública deva ser vista não só como objeto de reflexão, mas como trabalho. A ideia ainda muito comum no senso acadêmico de que comunicação pública da história é um hobby, distração ou atividade altruísta é cercada por riscos. Ir contra essa visão significa reconhecer que o historiador público é um trabalhador que pode ser remunerado, apoiado e valorizado por sua atuação.

Essa reformulação deve ser feita, contudo, com zelo, evitando o risco neoliberal de mercantilização da história pública ou da sobrecarga de trabalho que gera o adoecimento dos profissionais. A ativação de editais específicos, de contratações regulares e a regulamentação da profissão são passos fundamentais para consolidar a História Pública como um campo de trabalho e, portanto, economicamente viável.

#2. Acredito que devemos evitar que a História Pública se torne *apenas* uma reflexão teórica. As reflexões teóricas são, foram e serão essenciais para desenvolvimento da História Pública. Contudo, é urgente desenvolver a dimensão prática da História Pública.

Isso não significa uma separação rígida entre teoria e prática, mas sim o reconhecimento de que há uma assimetria atual entre essas duas dimensões da História Pública no Brasil. Para que a História Pública tenha efetividade, é necessário que as reflexões acadêmicas se traduzam em ações concretas com públicos diversos.

#3. Acredito que o avanço das tecnologias digitais impõe a necessidade de um plano de atuação da História Pública diante dos algoritmos e as *big techs*. Atualmente, toda produção historiográfica, mesmo aquela que nasce fora do meio digital, é submetida à lógica dos algoritmos das grandes plataformas de tecnologia. Isso significa

que a visibilidade, a circulação e até mesmo o sentido das narrativas históricas são mediados por essas empresas, que definem o que será amplificado e o que permanecerá invisível. Assim, compreender a lógica desses mecanismos e construir estratégias para garantir uma comunicação pública eficaz, sem completa dependência das plataformas digitais, é um dos desafios centrais da História Pública contemporânea.

#4. Acredito que é preciso superar a assimetria entre países periféricos e países ricos na produção da História Pública. Apesar de haver casos de cooperação internacional consistentes entre historiadores europeus e não-europeus, o campo ainda reflete desigualdades estruturais que precisam ser superadas. A circulação no Norte Global de pesquisas, pessoas e projetos de História Pública produzidos na periferia do capitalismo tem sido ainda muito pequeno. É fundamental que pessoas, ideias e saberes dos países periféricos tenham mais espaço e circulação.

#5. Acredito que um dos grandes desafios da História Pública é falar e trabalhar com grandes audiências, projetando-se para além dos departamentos. Embora haja projetos que tenham logado êxito neste sentido, eles ainda são poucos. O público da maior parte dos projetos de divulgação histórica, me parece, ainda é formado por acadêmicos. Para ampliar esse alcance, é preciso reconhecer os limites da bolha acadêmica e desenvolver estratégias que tornem a comunicação mais acessível e com sentido para as diferentes comunidades sociais.

História Pública no Brasil: avanço, politização e profissionalização - Benito Bisso Schmidt (UFRGS).

Agradeço aos organizadores e organizadoras desse lindo evento pelo convite. Quero sistematizar minhas reflexões sobre tema que organiza esse painel – os desafios da história pública – em torno de três palavras.

A primeira é **avanço**. Com isso, quero dizer que a história pública se consolidou como um campo de práticas, reflexões e debates ao longo dos últimos quinze anos. Comprovam essa afirmativa, entre outros indicadores, a publicação de várias coletâneas e dossiês em revistas especializadas, a realização de simpósios temáticos e minicursos em eventos relevantes da área de História e o oferecimento de disciplinas de graduação e pós-graduação referentes a esse campo. Ou seja, a expressão “pegou” e se expandiu

porque deu voz a uma demanda reprimida de vários pesquisadores e pesquisadoras que estavam há muito tempo realizando experiências do que depois foi chamado de “história pública”. Tal designação permitiu que essas experiências se unificassem, possibilitando diálogos entre elas, reflexões teórico-metodológicas muito sofisticadas e, inclusive, financiamentos para vários projetos. Isso eu vejo como algo extremamente positivo para a própria historiografia brasileira.

A segunda palavra que eu gostaria de destacar é **politização**. Creio que a história pública promovida no Brasil, e na América Latina de modo geral, é uma história extremamente politizada, que articula reflexões teórico-metodológicas de ponta com ativismo, possibilitando uma retroalimentação entre esses dois âmbitos. Com isso, é possível romper com a tradicional dicotomia entre militância e produção científica. Hoje podemos dizer, com muito orgulho, que a história pública que fazemos é muito militante e de grande qualidade acadêmica. Estamos dialogando com diversos setores sociais, com problemas que afligem a sociedade, com comunidades, com a educação básica, trazendo o melhor daquelas propostas que motivaram a criação da história pública em alguns países anglo-saxões, como a “história vista de baixo” e os ateliês de trabalhadores, e dialogando com os movimentos sociais³.

A terceira palavra que guia minhas reflexões nesse momento é **profissionalização**. Se as duas primeiras podem ser lidas como conquistas da história pública brasileira, essa última traz preocupações. A maior parte de nós que compomos esse painel trabalha em universidades e, em menor número, em escolas e instituições de memória, mas ainda são pouquíssimas as pessoas no Brasil que “vivem de história pública”, fazendo projetos nesse âmbito ou sendo empregadas exclusivamente como historiadores/as públicos/as. Trata-se de um nó que precisamos desatar e nós temos um marco legal para nos ajudar nesse sentido que é a regulamentação da profissão de historiador/a. Essa normatização diz, em um de seus artigos, que todas as instituições que prestam “serviços em História” têm obrigatoriamente que abrigar profissionais de História, contratados ou em seus quadros. Temos que alargar essa brecha jurídica para que não façamos promessas falsas aos/às nossos/as discentes sobre a viabilidade da história pública como campo exclusivo de exercício profissional. Esse alargamento é

³ Esse é o projeto que busco implementar junto ao Close – Centro de Referência da História LGBTQIAP+ no RS, ligado ao PPG e ao Departamento de História da UFRGS.

bom não somente para as pessoas que vão poder viver com certa segurança de história pública, mas também para a sociedade que terá acesso a conhecimento histórico de alto nível, sobretudo em uma época de tantos negacionismos e de usos nefastos do passado.

Obrigado!



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 03/01/2025
Aprovado em: 03/03/2025